

Acerto da dívida com *Externa* os credores

14 JUL 1993

GAZETA MERCANTIL

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Os pagamentos de juros da dívida externa, de responsabilidade dos tomadores do setor público, serão efetuados a partir de amanhã a cada mês e não a cada semestre como vigorava até aqui. A decisão foi tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em ato "ad referendum" e tem o objetivo de preparar o Banco Central (BC) para o acordo com os bancos credores privados.

Foi arbitrado o dia 15 deste mês como "data de corte". Assim, a totalidade dos juros em curso, referente ao estoque de US\$ 47 bilhões da dívida externa — incluindo a dívida de US\$ 7 bilhões com os bancos brasileiros credores e de US\$ 4 bilhões do projeto de dinheiro novo de 1988 — vence amanhã, de modo que as posições de vencimento passam a ser unificadas. A partir daí, os juros vão vencer a cada dia

15 do mês, referenciados à Libor (taxa do interbancário de Londres) para depósitos de um mês e não mais de seis meses.

Aquela é uma regra de transição para evitar que algum pagamento de juros deixe de ser feito e vai vigorar até a data da efetivação do acordo, quando a dívida externa será trocada por bônus de até trinta anos de prazo.

O CMN também autorizou o BC a fixar uma data a partir da qual não se permitirão mais depósitos do MYDFA — "multi-year deposit facility agreement", envolvendo as amortizações de 1988, na autoridade monetária. Essa data será fixada mais adiante, tão logo seja definida a data da permuta na qual novos bônus serão emitidos. Por enquanto, há apenas o prazo-limite de 30 de novembro para que a troca pelos novos bônus seja efetuada.

O BC também foi autorizado a fixar a data-limite para a conversão dos contratos originalmente firmados em outras moedas para o dólar norte-americano.

O vice-presidente internacional do Citibank e responsável pelo comitê de bancos, William Rhodes, expediu ontem comunicado às instituições bancárias informando que as adesões dos credores ao acordo já abrangiam 90% da dívida (referente ao estoque de US\$ 36 bilhões devido aos bancos internacionais) e que o pedido de "redistribuição das opções foi atendido". Ele referia-se à orientação do governo brasileiro de aceitar opções pelo "par bond" até o máximo de 40% e pelo "discount bond" (bônus de desconto) no mínimo de 35%.

Rhodes esteve em Brasília com o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e considerou que o acordo da dívida "está praticamente fechado", embora não tenha sido atingida ainda a massa crítica de adesões no nível de 95% da dívida envolvida. Ele elogiou o programa econômico do governo e recomendou ao ministro que divulgasse mais as medidas no exterior.

"O ministro reiterou a Rhodes a importância de acertar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) o mais rapidamente possível", disse a

este jornal o negociador da dívida externa, Pedro Malan, que presenciou o encontro junto com o presidente do BC, Paulo César Ximenes.

Uma missão brasileira, chefiada pelo secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, seguirá para Washington no final deste mês — a data até ontem não estava marcada — para os primeiros contatos e discussão de números com o FMI. Desse acordo dependem não apenas a troca da dívida externa pelos novos bônus mas também a definição dos "enhancements" (garantias) que darão suporte ao acordo e, ainda, as discussões com o Tesouro dos Estados Unidos para a emissão dos "zero coupon bonds" que vão "colateralizar" o principal do "par" e do "discount" e garantir o pagamento desses bônus no prazo fixado.

Malan informou a este jornal, no final da tarde, que na posição de ontem a rigor o nível de adesão dos bancos aos sete instrumentos atingiu 89,16% do valor da dívida envolvida, sendo que 30,87% representavam opções pelo "par" e

(Continua na página 23)